



## MUNICÍPIO DE CUBA

### CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 61

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

07-02-2024

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexagésima primeira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Can-deias Chora e Hugo Miguel das Dores Soudo.-----

Faltaram a esta reunião por se encontrarem em gozo de férias os vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, e Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

*Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).*

O Vereador Hugo Soudo perguntou ao executivo o que se passa com a iluminação do espaço da mata uma vez que o local está praticamente às escuras.

O Vice-presidente respondeu que a instalação elétrica estava ligada ao espaço explorado pela arrendatária e por esse motivo com o encerramento do estabelecimento a iluminação foi desligada mas, durante o dia de hoje o problema ficará resolvido.

Estiveram presentes nesta reunião os senhores Rui Ferreira e Bruno Moura proprietários de alojamentos locais da herdade do gizo e, atendendo a que esse assunto faz parte da ordem do dia com o n.º 31, foi entendimento do executivo antecipar a discussão do ponto tendo o mesmo sido discutido no início da reunião.

-----  
**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2024: € 102 356,25.** -----  
-----

**1. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DA RENDA DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES. MORADA: RUA DE ÉVORA N.º 48 R/C ESQ., EM CUBA.**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sra. Maria Manuela Caeiro Mestre, o pagamento das rendas de habitação que tem em dívida, em prestações mensais uma vez que, de momento não tem condições económicas para proceder ao pagamento da quantia na totalidade.” -----

Ao valor em dívida acresce um agravamento de 20% por cada uma das mensalidades.

Face ao exposto, e de acordo com os termos do Artigo 781.º do Código Civil - (Dívida liquidável em prestações), pode a Câmara aprovar a pretensão do requerente, autorizando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que a falta de realização de uma delas importa o vencimento de todas as outras. -----

A verificação do cumprimento integral do plano prestacional, a ser aprovado, deverá ser condição para que a Câmara possa considerar o perdão do agravamento das mensalidades. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a pretensão do requerente, autorizando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que a falta de pagamento de uma delas implica o vencimento de todas as outras. -----  
-----



**2. ANTÓNIO JOSÉ ESPERANÇA ORELHA PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTUSOS DA MATA PARA O DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2024.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 7/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim cujo teor se transcreve: -----

“Solicita o Sr. António José Esperança Orelha, funcionário com vínculo ao município, cedência do pavilhão multusos para o dia 17 de fevereiro, a partir das 16h30m desse dia até à 01h do dia seguinte, para a realização de uma festa de aniversário. Necessita também de 17 mesas e 100 cadeiras para os convidados. -----

Verifica-se a inexistência de marcação de reserva no dia pretendido, pelo que se presume disponível, salvo se houver iniciativa programada por parte da autarquia. -----

Conforme previsto em tabela de taxas, o valor a pagar para a referida ocupação é 73,33 € (c/ IVA incluído). -----

Por deliberação de câmara de 08 de janeiro de 2024, foram mantidos os pressupostos de atribuição do referido espaço aos trabalhadores com vínculo ao município conforme havia sido deliberado em 23 de junho de 2010, sofrendo apenas alteração os escalões de redução em face da atualização dos rendimentos. -----

Face à informação da Subunidade de Recursos Humanos no que diz respeito ao rendimento auferido por parte do funcionário, enquadra-se, conforme deliberação, no 1º escalão e beneficiará de uma redução de 75%. -----

Por ter já a Câmara deliberado sobre a cedência do espaço a funcionários e redução no pagamento da taxa, conforme referido em parágrafo anterior, atendendo a que nos termos alínea b) do artº 35º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, compete ao Sr. Presidente da Câmara “executar as deliberações da Câmara Municipal e coordenar a respetiva atividade”, remete-se a presente informação para que seja proferido despacho. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder o espaço mediante o pagamento das taxas correspondentes. -----

**3. JOSÉ JOÃO CANDEIAS FITAS. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – JANTAR DE CARNAVAL.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica

Lucinda Galandim cujo teor se transcreve: -----

"Solicita o Sr. José João Candeias Fitas, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de um Jantar de Carnaval, nos dias 12 e 13 de Fevereiro, no horário compreendido entre as 22h do dia 12 e as 04,00h do dia 13, no Café/Restaurante "Cubense". -----

Para além do determinado no n.º2 do DL 9/2007 de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, artigo 15.º, n.º 2, a licença especial de ruído é requerida pelo interessado com a antecedência mínima de 15 dias úteis relativamente á data de início da atividade, deliberou a Câmara de 16/08/12, o seguinte que passo a transcrever: *"deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspeção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espetáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20horas de qualquer dia útil."* -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

De acordo com a deliberação de 24/01 onde diz expressamente: "Mais deliberou a Câmara, neste período, isentar do pagamento de taxas inerentes à emissão de licença de ruído todas as associações e empresários da área, na expectativa que dessa forma possa contribuir para a solidez económica dos mesmos, mantendo em vigor uma medida já implementada há alguns anos a esta parte.", não haverá lugar a pagamento de taxas. A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a licença especial de ruído isentando do



pagamento das taxas respectivas de acordo com a deliberação tomada na anterior reunião. -----

**4. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. PRÉ-ESCOLAR - APOIO PARA REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2023/2024. CANDIDATURA ATÍPICA.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 5/2024, SAE, da autoria da Técnica Superior Cristina Candeias, cujo teor se transcreve: -----

“Foi apresentado 1 pedido, para o apoio em epígrafe para aluno do ensino pré-escolar.

De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento de ASE, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (1.ª matrícula).

É um aluno pertencente a um agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre o requisito para a comparticipação da Câmara conforme quadro (Educação Pré-escolar) anexo a esta informação. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada no Serviço de Educação. -----

Encargo financeiro: -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço da refeição escolar e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções da páscoa e verão para 2023/2024) tem um valor estimado de 97,82€. -----

Na sequência da transferência de competências no domínio da educação, deixou de ser aplicável a averiguação da disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar no que respeita a alimentação, a estudantes, para ano letivo 2023/2024, deliberou aprovar a candidatura apesar de extemporânea. -----

**5. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO. APOIO PARA REFEIÇÕES - ANO LETIVO 2023/2024. CANDIDATURAS ATÍPICAS. FORAM APRESENTADOS 2 PEDIDO, PARA O APOIO EM EPÍGRAFE PARA ALUNAS SENDO UMA DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR E OUTRA DO 1.º CICLO. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 4/2024, SAE, da autoria da Técnica Superior Cristina Candeias, cujo teor se transcreve: -----

“De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (1.ª matrícula na sequência de ter completado 3 anos e transferência de escola). -----

São alunas ppertencentes a agregados familiares integrados no 1.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara conforme quadro (Educação Pré-escolar e 1.º ciclo) anexo a esta informação. Toda a documentação para instrução das candidaturas encontram-se arquivadas em pastas no Serviço de Educação. -----

Encargo financeiro: -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço da refeição escolar e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções da páscoa e verão para 2023/2024) tem um valor estimado de 391,28 €. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, será averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar no que respeita a alimentação, a estudantes, para ano letivo 2023/2024, deliberou aprovar a candidatura apesar de extemporânea. -----

**6. CREATIVITYBUS – WORKSHOP ITINERANTE DO BPI E DA FUNDAÇÃO "LA CAIXA" ATIVIDADE EM CUBA. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----**



Foi presente à Câmara a Informação n.º 3/2024, SAE, da autoria da Técnica Superior

Cristina Candeias, cujo teor se transcreve: -----

“Rececionámos informação com a manifestação de interesse de deslocação a Cuba do Projeto itinerante e educativo “Creativity” do BPI e a Fundação “La Caixa” através do seu programa EduCaixa, onde oferece à comunidade educativa recursos, atividades e programas educativos dirigidos a grupos escolares do ensino básico e secundário, entre os 6 e os 16 anos, bem como a grupos familiares e ao Público em geral, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências dos jovens. -----

O “Creativity” apresenta-se dentro de um autocarro que se converte numa unidade móvel, totalmente adaptada para pessoas com mobilidade reduzida, facilitando tanto o seu acesso como a sua participação durante a atividade. O veículo está equipado com bancos, mesas de trabalho e diversas provas preparadas para os alunos. Quem visita pode participar em workshops com materiais do quotidiano e com ferramentas de baixa e alta tecnologia para dar vida às suas próprias ideias. -----

Nos dias 26 e 29 de abril, o autocarro estará em Cuba e ficará estacionado no Parque Manuel de Castro, onde dinamizará nestes dias, 3 sessões de manhã e 3 sessões à tarde, com o máximo de 30 participantes por sessão. Contamos envolver os alunos dos polos escolares das freguesias, da escola sede e da universidade sénior Manuel de Castro. -- Tratando-se de uma atividade que é completamente gratuita, seja para a instituição seja para os participantes e por se tratar da Fundação “La Caixa” que é uma organização sem fins lucrativos, solicitam a licença de Ocupação de via Pública e isenção das respectivas taxas, bem como a cedência de eletricidade com uma ligação monofásica de 32 amperes a 230 volts. -----

Conforme previsto na tabela de taxas em vigor no município de Cuba, a este pedido corresponderia uma receita no valor de 470,47€, distribuída da seguinte forma: -----

- Emissão da licença de outras ocupações de domínio ou da via pública, tem um valor de 75,22€; -----

- Ocupação da via pública, atendendo a que a área que o autocarro ocupa bem como o espaço exterior para a atividade: -----

Autocarro aberto:  $13,80\text{m} \times 5\text{m} = 69\text{m}^2$  -----

Espaço exterior para as atividades:  $6\text{m} \times 4\text{m} = 24\text{m}^2$  -----

Área total de ocupação: 93m2 -----

Assim,  $93m^2 \times 4,25\text{€}/m^2/mês = 395,25\text{€}$  -----

Face ao exposto e, atendendo à relevância educativa do projeto e à sua importância para o desenvolvimento das competências dos jovens, deve V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o assunto para deliberação do órgão executivo ao abrigo da competência prevista na alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, sobre a isenção do pagamento da respetiva licença e das taxas, bem como a cedência de eletricidade de acordo com a especificidade apresentada. -----

A Câmara, por unanimidade, atenta à relevância educativa do projeto e a sua importância para o desenvolvimento das competências dos jovens, deliberou apoiar a iniciativa, isentando do pagamento de todas as taxas e licenças. -----

#### **7. PROPOSTA DE JÚRI DO PRÉMIO LITERÁRIO FIALHO DE ALMEIDA.** -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente na qual indicou para júri do prémio literário Fialho de Almeida os seguintes jurados: -----

- a) Maria Odete Santos Jubilado – Professora Associada Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora.
- b) Luís Miguel Ricardo – Licenciado em Filosofia, Mestre em Ciências da Educação, Presidente da ASSESTA – Associação de Escritores do Alentejo.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### **8. PROPOSTA DE ARREDONDAMENTO DOS PREÇOS PRATICADOS NAS PISCINAS E GINÁSIO MUNICIPAIS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2024, SAD, da autoria da Técnica Superior



Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“Por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 24 de janeiro do corrente, foram atualizados os valores das taxas, tarifas e preços municipais, de acordo com a taxa de variação média anual do índice de Preços no Consumidor, publicada pelo INE, nomeadamente, 4,3%. No âmbito desta atualização e, no que se refere ao valor a liquidar, prevê o Regulamento Municipal de Taxas e Preços, no nº 2 do seu Artº 6º, que este valor, *quando expresso em cêntimos, deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo*. No entanto, a operacionalização desta premissa cria fortes constrangimentos aos serviços, nomeadamente, nos valores a liquidar nas Piscinas e Ginásio Municipais, situação que é provocada pela escassa disponibilidade de moedas de 1 ou 2 cêntimos, com vista a efetuar os trocos de forma correta. -----

Face ao exposto, com vista a facilitar o trabalho dos serviços, evitando tempos de espera desnecessários para os utilizadores e situações constrangedoras, propõe-se que o arredondamento seja feito de acordo com a seguinte premissa: proceder-se ao arredondamento, por excesso ou por defeito, para a última casa decimal mais próxima de 5 ou 0, de tal forma que, por exemplo, se do resultado da aplicação da taxa de inflação resultar um valor entre 0,18 e 0,22 possamos considerar 0,20 e se resultar um valor entre 0,23 e 0,27 possamos considerar 0,25. -----

Tendo como base esta proposta, apresentam-se os preços atualmente em vigor, bem como as sugestões de arredondamento correspondente: -----

PISCINAS MUNICIPAIS (VALORES ISENTOS DE IVA AO ABRIGO DO ARTº 9º DO CIVA)	PREÇO ATU- ALIZADO	PROPOSTA DE ARRE- DONDAMENTO GERAL	PROPOSTA DE AR- REDONDAMENTO CARTÃO SOCIAL
ENTRADA SEM UTILIZAÇÃO	0,94	0,95	0,50
ENTRADA COM UTILIZAÇÃO DA PISCINA	-	-	-
- ATÉ AOS 6 ANOS	GRATUITA	GRATUITA	GRATUITA
- DOS 7 ANOS AOS 16 ANOS	1,56	1,55	0,80
- A PARTIR DOS 16 ANOS	2,40	2,40	1,20
ENTRADA APÓS 18H (PISCINAS DES- COBERTAS)	-	-	-



- DOS 7 AOS 16 ANOS – APÓS AS 18,00 H	0,83	0,85	0,40
- A PARTIR DOS 16 ANOS - APÓS AS 18,00 H	1,15	1,15	0,60
ENTRADAS COM CARTÃO JOVEM	-	-	-
- DOS 7 ANOS AOS 16 ANOS	1,15	1,15	-
- A PARTIR DOS 16 ANOS	1,77	1,75	-

ESPREGUIÇADEIRAS (Valores com IVA incluído)	PREÇO ATUAL	PROPOSTA DE ARREDONDAMENTO
ESPREGUIÇADEIRAS (MANHÃ OU TARDE)	1,46	1,45
ESPREGUIÇADEIRAS (DIA)	2,82	2,80

GINÁSIO MUNICIPAL (Valores com IVA incluído)	PREÇO ATUAL	PROPOSTA DE ARREDONDAMENTO GERAL	PROPOSTA DE ARREDONDAMENTO CARTÃO SOCIAL
UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL: POR HORA	4,69	4,70	2,35
UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL: POR HORA C/ CARTÃO JOVEM MUNICIPAL	3,55	3,55	-
UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL: POR HORA C/ CARTÃO DE 30 SESSÕES	47,14	47,15	23,60
UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL: POR HORA C/ CARTÃO DE 15 SESSÕES	37,65	37,65	18,85

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- Determinar a aplicação de arredondamentos face aos valores resultantes da atualização de taxas e preços aprovada em deliberação da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 24 de janeiro do corrente, nomeadamente, no que se refere aos valores a liquidar nas Piscinas e Ginásio Municipais;
- Determinar que este arredondamento ocorra de acordo com a seguinte premissa: proceder-se ao arredondamento, por excesso ou por defeito, para a última casa decimal mais próxima de 5 ou 0. -----



-----

**9. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1º DE MAIO EM CUBA: PLANO DE SINALIZAÇÃO REFERENTE AO CORTE DO TROÇO DA RUA FORMOSA COM O ESTACIONAMENTO DA SUPERFÍCIE COMERCIAL MINIPREÇO. -----**

-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2024, GMPC, da autoria do Técnico Superior Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da análise cuidada do Plano de Sinalização remetido pelo empreiteiro Francisco Charneca Pinto & Filhos, LDA, responsável pela Empreitada de Reabilitação Urbana da Rua 1º de Maio em Cuba – 3ª Fase de intervenção que compreende a requalificação da zona de estacionamento na Rua Formosa que conflui com a Rua 1º de Maio e a Travessa do Sul, e, enquanto Coordenador de Segurança da Obra (CSO), venho por este meio validar o respetivo documento em virtude de contemplar as informações pertinentes relativas à sinalética indicativa para o local em questão propondo, desta forma, a sua aprovação. -----

De notar que a requalificação do espaço decorrerá no período estimado de entre os dias 29 de janeiro e 29 de fevereiro, ficando impedido o acesso de veículos automóveis ao local. -----

Mais informo que, mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos inerentes à Empreitada, sempre que se justifique alterações a nível da circulação rodoviária nomeadamente com a abertura parcial da via intervencionada por se tratar de uma artéria principal no acesso à vila de Cuba, a mesma será objeto de avaliação e ajustes ao plano apresentado para o efeito. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----

**10. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1º DE MAIO EM CUBA: PLANO DE SINALIZAÇÃO REFERENTE AO CORTE DO TROÇO DA RUA 1º DE MAIO COMPREENDIDO ENTRE A INTERSEÇÃO COM A RUA DA FONTE DOS LEÕES E A RUA FORMOSA – EXECUÇÃO DE LIGAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 16/2024, GMPC, da autoria do Técnico Superior Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da análise cuidada do Plano de Sinalização remetido pelo empreiteiro Francisco Charneca Pinto & Filhos, LDA, responsável pela Empreitada de Reabilitação Urbana da Rua 1º de Maio em Cuba – 3ª Fase de intervenção que compreende a requalificação da zona de estacionamento na Rua Formosa que conflui com a Rua 1º de Maio e, enquanto Coordenador de Segurança da Obra (CSO), venho por este meio validar o respetivo documento em virtude de contemplar as informações pertinentes relativas à sinalética indicativa para o local em questão propondo, desta forma, a sua aprovação. -De notar que o trabalho de execução de ligação da infraestrutura de saneamento no local decorrerá entre as 08:00 e as 17:00 do dia 01/02/2024, quinta-feira ficando impedido o acesso de veículos automóveis ao local. -----

Mais informo que, mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos inerentes à Empreitada, sempre que se justifique alterações a nível da circulação rodoviária nomeadamente com a abertura parcial da via intervencionada por se tratar de uma artéria principal no acesso à vila de Cuba, a mesma será objeto de avaliação e ajustes ao plano apresentado para o efeito. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**11. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO CONCELHO DE CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 11/2024, GMPC, da autoria do Técnico Superior



Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve: -----

“O Conselho Municipal de Segurança (CMS) é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, coordenação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são regulados pelo Decreto-Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua redação atual (vide doc.1). O CMS funciona em modalidade alargada e em modalidade restrita. -----

Esta comissão congrega representantes dos mais diversos setores da comunidade num conselho focado nas questões relativas à segurança, numa perspetiva de sinalização, análise e aconselhamento sobre problemas com impacto direto ao nível da segurança das pessoas e bens, ou que nesta possam interferir, de forma a identificar soluções articuladas a nível local, tornando, desta forma, este órgão consultivo um ator mais interventivo nas estruturas locais de segurança, através da adoção de uma nova configuração, de que decorre a adaptação da sua composição e a integração de novas competências e que a referida alteração, se preconiza no desdobramento do conselho municipal de segurança, o qual passa a funcionar num formato alargado e num formato restrito, para maior agilização no desenvolvimento das suas competências. -----

Com vista à prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, o Conselho Municipal de Segurança deve dispor de um regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e de articulação, bem como a respetiva composição. -----

É, pois nesse sentido, que se procedeu à elaboração de uma proposta de Projeto de Regulamento para o Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Cuba (vide doc.2) afim de regular o normal funcionamento do mesmo. -----

Com a finalidade de constituir o respetivo Conselho pretende-se contatar as Entidades que, na presente proposta, integrarão o respetivo órgão via correio eletrónico (e-mail) a fim de nomearem o seu representante. -----

Os membros nomeados pela Entidades tomarão posse no Conselho Municipal de Segurança perante a Câmara Municipal. -----

Após a nomeação efetuada pelas Entidades, será colocado ao seu dispor a proposta de Projeto de Regulamento do Conselho com a finalidade de apreciação e obtenção dos contributos que possam julgar oportunos. -----

Posto isto, a proposta de Projeto de Regulamento do órgão será submetido à Câmara

Municipal com vista à remissão do mesmo junto da Assembleia Municipal para sua aprovação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta e remeter a mesma para apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal. -----

**12. JOSÉ FRANCISCO SANTOS ARVANAS. CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO DO PRÉDIO N.º 114 DA SECÇÃO C DE CUBA- ARRANQUE DE 9 OLIVEIRAS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 03/2024, UAOU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor se transcreve: -----

“Vem o requerente solicitar o enquadramento em PDM relativo à pretensão de arranque de 9 oliveiras a levar a cabo no prédio acima identificado para efeitos de posterior implementação de culturas de sequeiro; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Áreas de Silvo-pastoril dominante com aptidão para algumas culturas agrícolas*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, não há a assinalar interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou de REN (Reserva Ecológica Nacional) no prédio; -----

Ao tratar-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento nos artigos 81.º e seguintes do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direcção Regional de Agricultura, a obtenção da respectiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio.”

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão nos termos propostos na presente informação. -----

**13. SOCIEDADE AGRÍCOLA DO VALE DE ARADAS, UNIPESSOAL, LDA. CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM DO PRÉDIO N.º 209 DA SECÇÃO L DE CUBA- ARRANQUE DE OLIVEIRAS PARA RECONVERSÃO DE OLIVAL . -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 03/2024, UAOU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor se transcreve: -----



“Vem a requerente solicitar o enquadramento em PDM relativo à pretensão de arranque de oliveiras para plantação de novo olival, a levar a cabo no prédio acima identificado; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a planta de ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *áreas de aptidão agrícola dominante*;

De acordo com a planta de condicionantes do mesmo plano, há interferência com solos de ran (reserva agrícola nacional); -----

Ao tratar-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento nos artigos 81.º e seguintes do regulamento do pdm, desde que obtido o parecer favorável do ICNF. -----

Deverá ainda a requerente diligenciar junto da Direcção Regional de Agricultura, a obtenção da respectiva autorização, nos termos do decreto-lei n.º 120/86 de 28 de maio.;

De acordo com as plantas de património e de condicionantes, não se regista a identificação de valores patrimoniais no local, no entanto, no que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (artigo 78.º da lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com as alterações posteriores). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a certidão nos termos propostos na presente informação. -----

#### **14. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM VIGOR A PARTIR DO ANO 2024. CONHECIMENTO AO ÓRGÃO DELIBERATIVO. -----**

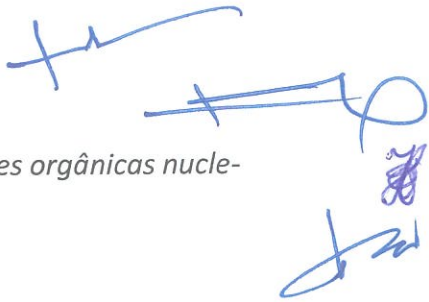
Foi presente à Câmara a Informação n.º 2/2024, SRH, da autoria da Técnica Superior Ana Duarte, cujo teor se transcreve: -----

“Como é consabido na sessão do órgão executivo do dia 29/11/2023, foi aprovada a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais a vigorar no ano 2024. -----

Nestes termos cumpre a esta subunidade informar o seguinte: -----

1. O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, dispõe que compete à assembleia municipal sob proposta da câmara municipal: -----



- 
- a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica;
- b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;

- a) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;
- b) Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa;

- c) Definir o número máximo de equipas de projeto;

1. O artigo 7º do mesmo diploma legal determina que quanto à câmara municipal, compete, sob proposta do Presidente e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, o seguinte:

- a) Criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências;
- b) Criar as equipas e projeto;

- c) Criar equipas multidisciplinares e determinar o estatuto remuneratório do respetivo chefe;

2. Relativamente ao Presidente da Câmara, o artigo 8º determina que é competência deste “a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projeto e multidisciplinares, cabendo-lhe a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, e ainda, a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas”.

3. Em sintonia com o artigo 8º, conforme transcrito, a presente alteração é da competência do Sr. Presidente por assentar em:

- Criação da Subunidade de Educação que sob a sua dependência, ficarão os serviços de ação educativa, serviço já existente e criado o novo serviço – Universidade Sénior.

- Extinção da Subunidade de Cultura, Turismo e Património Histórico, cujas atividades serão desempenhadas, de ora em diante, pelos Serviços de Cultura e Serviço de Turismo e Património Histórico, estes já existentes.

Assim, por via da aplicação dos normativos legais aplicáveis a esta matéria, a presente proposta mantém a existência de:

- 2 Lugares de dirigentes intermédios de 2º grau – Chefe de Divisão;
- 2 lugares de dirigentes intermédios de 3º grau – Chefe de Unidade;
- 3 lugares de dirigentes intermédios de 4º grau – Chefe de Subunidade, atenta alteração agora preconizada

Não obstante da presente alteração ao Regulamento de Organização dos serviços municipais não carecer de aprovação do órgão deliberativo, porquanto o artigo 8º do

Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro conferir ao Presidente da Câmara a competência de conformar a estrutura interna das unidades orgânicas, cabendo-lhe a afetação ou reafecção do pessoal do respetivo mapa, é entendimento que deverá ser dado conhecimento aquele órgão a alteração agora preconizada.

Suportando-se o modelo atualmente vigente de estrutura hierarquizada, apresenta-se no anexo 1, o organograma que representa graficamente a estrutura hierarquizada, dependências e principais funções do município. -----

Face às alterações da estrutura orgânica, o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais foi, também, alterado apenas nas subunidades/serviços em que se registaram modificações, nomeadamente, a extinção da Subunidade de Cultura, Turismo e Património Histórico e a criação da Subunidade de Educação com os serviços que dela dependem – Anexo 2. -----

Nestes termos, em caso de concordância superior, sou a propor, que o Sr. Presidente, por força das competências que lhe são cometidas pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, remeta a presente informação ao órgão executivo, para que este aprove que a presente informação seja dada conhecimento ao órgão deliberativo. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**15. PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES – LEI N.º 49/2011, DE 29 DE AGOSTO. PROVIMENTO DE 1 CARGOS DIRIGENTE INTERMÉDIOS DE 4º GRAU – CHEFE DE SUBUNIDADE DE EDUCAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 3/2024, SRH, da autoria da Técnica Superior Ana Duarte, cujo teor se transcreve: -----

Na sequência da alteração da reorganização dos serviços municipais e do Mapa de pessoal, já aprovados, torna-se imprescindível proceder ao provimento do novo lugar do cargo dirigente de direção intermédia de 4º grau – Chefe da Subunidade de Educação. Para o efeito cumpre a esta subunidade informar o seguinte: -----

Legislação aplicável: -----

O estatuto dos cargos dirigentes da administração pública, mais concretamente, da ad-

ministração local, é regulado pela Lei 2/2004, de 15 de janeiro, adaptado à administração local pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, ambas na sua redação atual. -----

2- Circunstâncias para o provimento de cargos dirigentes intermédios de 4º grau: -----

O art.º 4º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, dispõe o seguinte:

#### *Artigo 4º*

*1 – Os cargos dirigentes das câmaras municipais são os seguintes:-----*

- a) (...)*
- b) (...)*
- c) (...)*

*2 – A estrutura orgânica pode prever a existência de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior.*

*3- No caso previsto no número anterior, cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3ª e 6ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior*

Assim, apresenta-se as competências, áreas e os requisitos do recrutamento dos dirigentes intermédios de 3º e 4º grau, para provimento das chefias para as unidades e subunidades orgânicas previstas no regulamento de organização dos serviços municipais: -----

1. Competências: -----

De acordo com o art. 15.º da Lei supracitada, os titulares dos cargos de direção exercem na respetiva unidade orgânica as seguintes competências:

- a) Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
- b) Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
- c) Propor ao presidente da câmara municipal tudo o que seja do interesse dos órgãos referidos;
- d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;
- e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas;



f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.

2 - Compete ainda aos titulares de cargos de direção:

a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;

b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;

c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;

d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;

e) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;

f) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;

g) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;

h) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;

i) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;

j) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

k) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados

2. Recrutamento e seleção:

O recrutamento será efetuado por procedimento concursal, nos termos da legislação atualmente em vigor, designadamente, a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e em tudo o que não esteja especialmente previsto nesta, por força do n.º 1 do artigo 2.º, aplicar-se-á o estipulado na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, os termos de recrutamento deverão ser os seguintes:

- a) Os candidatos serem detentores de Relação Jurídica de Emprego Público;
- b) A seleção recairá sobre o candidato que melhor corresponda ao perfil definido, atendendo aos métodos de seleção que venham a ser definidos pelos elementos do júri do procedimento concursal;
- c) No caso do procedimento concursal ficar deserto ou que nenhum dos candidatos reúna condições para ser designado, por o júri considerar que nenhum dos candidatos reúne as condições, pode, em procedimento concursal subsequente, ser recrutados de entre indivíduos sem vínculo à administração pública, desde que reúna os restantes requisitos de admissão quanto à área académica, experiência profissional, definidos.
- d) Atendendo ao nível de responsabilidade exigida para o cargo, a experiência profissional será no mínimo de 2 anos em funções, cargos, carreira ou categoria para cujo exercício de provimento seja exigível as habilitações referidas na alínea anterior.

Desta forma propõe-se que a área de recrutamento e seleção para o dirigente intermédio de 4º grau – Chefe de Subunidade de Educação seja efetuada de entre:

- Candidatos possuidores de relação jurídica de emprego público com experiência de 2 anos na carreira de Técnica Superior;
- Detentores de licenciatura em recursos humanos ou ciências da educação;

### **3. Estatuto remuneratório:**

- a) Atento o limite imposto no n.º 3 do art. 4º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, a remuneração a fixar será efetuada nos termos que se encontram fixados aos restantes dirigentes intermédios de 4º grau já existentes nesta autarquia.
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o titular do cargo poderá utilizar o mecanismo previsto no art. 154.º da lei n.º 35/2014, de 07 de agosto, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

### **4. Composição do júri do procedimento concursal**

Conforme determina o art. 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri do procedimento concursal, deverá ser constituído por 3 elementos, divididos em um Presidente e dois vogais, de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e para os vogais deverá ainda a atividade, ser ou tenha sido exercida no âmbito da atividade autárquica ou de recursos humanos.

- a) Assim, propõe-se que os atuais dirigentes pertencentes a este município sejam designados para integrar o júri do procedimento, nomeadamente:

Presidente do júri: Chefe de Divisão de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, Dr. Vitor Manuel Parreira Fialho;



Vogais: Chefe de Divisão de Administração, Finanças e Cultura, Dr<sup>a</sup> Carmen das Dolores Silva Arrojado Estrela e Chefe de Unidade de Educação, Ação Social, Saúde e Desporto, em regime de substituição, Dr<sup>a</sup> Célia do Carmo Baleizão Chamorro Escrevente.

Nestes termos encontram-se concluídas as propostas da definição de competências, área, requisitos do recrutamento, entre os quais a licenciatura adequada para a subunidade orgânica, a existência prévia de Relação Jurídica de Emprego Público, período de experiência profissional mínimo, a remuneração, e a composição do júri do procedimento, conforme previsto no artigo 4.º, n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as necessárias adaptações da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas sua versão atual. -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo das competências previstas na al. ccc), n.º 1 do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em sintonia com o disposto no n.º 3, do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual deliberou propor à Assembleia Municipal que este órgão, aprove as propostas definidas nos pontos, 1, 2, 3 e 4, da presente informação, para se proceder à abertura do procedimento concursal de um dirigente intermédio de 4º grau, para chefiar a Subunidade de Educação. -----

#### **16. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE DÍVIDA AO MUNICÍPIO POR PARTE DE BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS DIVERSOS – CARTÃO SOCIAL, MÊS DE JANEIRO DE 2024. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 7/2024, SASS, da autoria da Técnica Superior Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

“No seguimento da informação que tem vindo a ser prestada à Câmara Municipal, pelo Serviço de Ação Social e Saúde, no que se refere à situação de dívida ao Município por parte dos beneficiários de Apoios Sociais Diversos - Cartão Social, vem o SASS atualizar esta informação. -----

A informação relativa a este tema fundamenta-se no previsto no número 4, do Art.º 3.º do Regulamento Cuba + Social, designadamente onde se refere que os beneficiários dos apoios sociais previstos neste Regulamento *Não sejam devedores de qualquer quantia ao Município, exceto no caso de existir um acordo de pagamento de dívida em prestações que esteja a ser cumprido.* -----

Em relação ao tema em questão, cumpre-nos lembrar que, por articulação entre o SASS e a Subunidade Administrativa, esta análise é feita no final de cada mês, sendo



condição de atribuição dos apoios previstos no Cartão Social para o mês seguinte. Sublinha-se ainda que o SASS, consciente das dificuldades económicas e dos diversos desafios que as famílias enfrentam, mantém sobre esta matéria uma postura de constante suporte e apoio, não descurando o estímulo ao cumprimento das responsabilidades por parte dos beneficiários. -----

De acordo com o que sobre esta matéria ficou previamente definido, ficou determinado que o SASS deveria mensalmente informar sobre o seguinte: -----

1.º Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos 23 agregados familiares beneficiários que têm apoio ao arrendamento;-----

2.º - Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos agregados familiares que viram aprovados acordos de pagamento; -----

3.º - Análise, por amostragem aleatória mensal, da não existência de dívida ao município por parte de 10 (dez) dos 124 agregados familiares beneficiados; -----

Uma vez que os beneficiários de Cartão Social que mantêm uma situação de dívida ao Município são em pequeno número, e para facilitar a tomada de conhecimento sobre a situação, apresenta-se de seguida a listagem global dos beneficiários que permanecem em situação de dívida, da qual o executivo tomou conhecimento. -----

Mais se informa que todos os outros beneficiários cuja situação foi analisada de acordo com o previsto nos pontos 1.º, 2.º e 3.º estão em situação regular. -----

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa tomar conhecimento sobre a informação apresentada.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**17. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2023/2024. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEDIDA. A GRADUAÇÃO DOS CANDIDATOS ADMITIDOS E PROPOSTA DE DECISÃO. PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO DIREITO DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS AOS VISADOS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2024, SAE, da autoria da Técnica Superior

Cristina Candeias. -----

Sobre o procedimento das bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior, a atribuir no ano letivo 2023/2024, cumpre informar o seguinte: -----

Contextualização da mediada: -----

Como incentivo à continuidade dos estudos dos seus munícipes, o Município de Cuba tem vindo a apoiar financeiramente os que pretendam continuar o seu percurso académico, numa perspetiva responsável, enriquecedora e empreendedora, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural do Concelho. -----

A Câmara Municipal de Cuba, na sua reunião ordinária do dia 02 outubro de 2023, deliberou a abertura de processo de candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo para alunos do ensino superior - Licenciatura, no ano letivo 2023/2024, no montante máximo de 750€, cada. -----

No prazo determinado para apresentação de candidaturas para o ano letivo 2023/2024, que decorreu no mês de novembro, foram rececionadas 16 candidaturas. -----

A graduação dos candidatos admitidos: -----

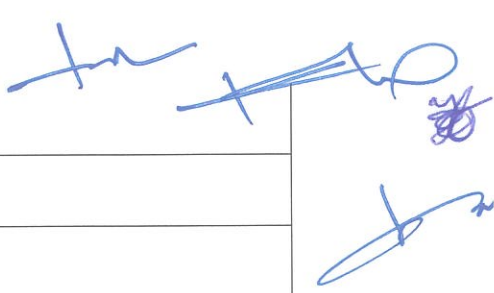
As candidaturas apresentadas para atribuição de Bolsa de Estudo foram devidamente analisadas e os candidatos foram hierarquizados atendendo aos rendimentos *per capita* dos agregados familiares, do mais baixo para o mais alto, avaliado de acordo com o previsto no Regulamento “Cuba + Social”. -----

O valor de referência considerado com vista a elegibilidade das candidaturas em termos de capitação foi  $\leq 760\text{€}$ , o equivalente ao salário mínimo nacional, conforme previsto no nº 5, do art. 10.º e 11.º, do Regulamento “Cuba + Social”.

Nesta conformidade apresentam-se os resultados da análise aos processos de candidatura submetidos:

Miriam Ramires Gonçalves
Ana Clara Fitas Zorro b)
Gonçalo Filipe Carvalho b)
Diogo André Doutor Canudo
Beatriz Lula Campos
Margarida José Rosa Guerreiro





João Bernardo Carvalho Canena
Carla Patrícia Jesus Évora
Joana da Silva Moura
Marina Isabel B Branco Batista
Inês Cruz Araújo
Miguel Leandro Cascalheira
Vítor Hugo Carvalho
Joana Manzaca Bicho
Ivone de Jesus Baltazar Janeiro
Hugo Eduardo A Alves Vaz a)

O Encargo financeiros da proposta: -----

Para o ano letivo 2023/2024, para atribuição das 15 Bolsas, incluindo as atribuições condicionadas, tem *um valor de 11.250,00€*. -----

Assim, para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, serão apensos os documentos de cabimento, compromisso e fundos disponíveis. -----

A Câmara, por unanimidade deliberou:

- 1 – Graduar os candidatos admitidos e decisão conforme proposta;
- 2 – Determinar que sejam notificados por parte da Subunidade de Educação, o(os) candidato(os) excluído(os), ao abrigo do previsto no art.ºs 121º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo:
  - 2.1 – *Excluir o candidato , com ref.º a), por exceder o rendimento per capita elegível, de acordo com o nº 5 do art.º 10.º do Regulamento Cuba + Social;*
  - 2.2 – *Excluir os candidatos não elegíveis, com ref.º b), por situação de dívida ao município, de acordo com o nº 4 do art.º 3.º ,do Regulamento Cuba + Social, salvo se fizer prova de regularização da situação de dívida, em prazo a determinar pela Câmara Municipal, condição na qual se propõe a atribuição da Bolsa de Estudo;*

2.3 – Determinar o prazo para fazer prova da regularização de dívida, aos candidatos constantes no ponto 2.2;

3 – Tomar conhecimento da informação prestada pelo candidato com ref.ª c), que apresentou voluntariamente uma declaração em como está a beneficiar de outra bolsa de estudo para o mesmo ano letivo, atribuída já no período de análise da candidatura, tendo cumprido o dever de informação previsto na subalínea iii), da alínea d) do n.º 3, do art. 15.º do Regulamento, pelo que se considera elegível a atribuição de Bolsa de Estudo por parte do Município.

#### **18. MÁRIO GRILO. PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO.**

Foi presente à Câmara o auto de notícia por contraordenação e participação de obra ilegal para efeitos da reposição da legalidade urbanística na Travessa da Palmeira, em Cuba, da autoria do Fiscal Municipal Luís Pestana, cujo reporte se transcreve: -----

Na Sequencia de vistoria artigo 89º do RJUE aprovado pelo D.Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro com nova redacção introduzida pelo novo D. Lei nº 10/2024 de 08/Janeiro constatei a realização de Obras para as quais não tinha projeto licenciado estando em desconformidade com o artigo 4º nº 2º alínea c) da legislação supra referida

A Câmara, por unanimidade, registou a necessidade de instauração do processo de contraordenação e deliberou conceder o prazo de 30 dias ao responsável pela operação urbanística para que o mesmo proceda em conformidade com o que é determinado no presente auto. -----

#### **19. CARLOS ALBERTO DE CARVALHO CALADO. ALTERAÇÃO DE DIVISÃO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL - EMISSÃO DE CERTIDÃO. RUA SERPA PINTO, 67 E TV. DA IGREJA, 12 E 14, EM CUBA. RETIFICAÇÃO.**

Foi presente à Câmara a proposta de retificação da deliberação tomada em reunião de 24 de janeiro de 2024. -----

“Vem o requerente na qualidade de titular do prédio n.º 3327 da matriz predial, em conformidade com o disposto no art.º 66.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, requerer a emissão de documento para a alteração da divisão de prédio em regime de propriedade horizontal, como estabelecem os art.ºs 1415.º e seguintes do Código Civil;



Da análise dos elementos instrutórios do pedido, verifica-se que o prédio já se encontra dividido em propriedade horizontal com 3 fracções autónomas, designadas pelas letras A, B e C, pretendendo-se agora introduzir mais uma fracção, nos seguintes termos:

FRACÇÃO	ÁREA BRUTA (m2)	TIPOLOGIA (Tn)	UTILIZAÇÃO	VALOR EM PERMILAGEM
A	245.66	T4	Habitação	0.450
B	142.14	T2	Habitação	0.250
C	92.16	T2	Habitação	0.150
D	108.25	T1	Habitação	0.150
Partes comuns	18.97 (vestíbulo) Logradouro 1- 66.98 Logradouro 2 - 2.33	-	Comum Log. 1- uso da fracção A Log.2- uso das fracções A e B	

Onde se lê: -----

“O pedido, nos termos apresentados reúne os requisitos legais, previstos nos artigos 1415.º e seguintes do Código Civil, para a divisão em regime de propriedade horizontal, pelo que salvo melhor opinião, pode ser emitida certidão. Todas as fracções são fisicamente independentes e possuem entradas autónomas, pelos arruamentos existentes, sendo que as fracções A, B e C possuem acesso a partir do vestíbulo comum.”

Deverá ler-se : -----

“O pedido, nos termos apresentados reúne os requisitos legais, previstos nos artigos 1415.º e seguintes do Código Civil, para a divisão em regime de propriedade horizontal, pelo que salvo melhor opinião, pode ser emitida certidão. Todas as fracções são fisicamente independentes e possuem entradas autónomas, pelos arruamentos existentes, sendo que as fracções A, B e D possuem acesso a partir do vestíbulo comum.” -

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à retificação da deliberação. -----

**20. ANTÓNIO MANUEL DA CRUZ BATISTA. PERIGO DE DERROCADA DE MATERIAL DE REVESTIMENTO (REBOCO E BEIRAL DE TELHADO) PARA A VIA PÚBLICA. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, face à urgência na intervenção reportada pelo Fiscal Municipal Luís Pestana, cujo teor se transcreve, determinou a notificação do proprietário para, no prazo de 10 dias proceder em conformidade com o que lhe é proposto para reparar a situação de perigo eminente para peões e veículos que circulem nas proximidades do prédio em causa. -----

“Tendo em conta o elevado perigo para os utilizadores da via publica nomeadamente os peões e veículos que circulam na Rua Serpa Pinto e Travessa do Clube freguesia de Cuba, proponho que seja notificado com urgência o Sr. António Manuel da Cruz Batista, residente na Rua Serpa pinto nº 60 e 58 da Rua Serpa Pinto – Cuba, para que de imediato promova a remoção de parte do reboco da base do beirado do alçado do prédio que confina com a Travessa do Clube e que ameaça ruir para a via publica conforme demonstra as fotografias anexas, bem como de parte do beiral junto à queda de água do telhado no alçado principal do prédio confinante com a Rua Serpa Pinto, conforme demonstra as fotografias anexas. -----

Tendo em conta que avisei por duas vezes um dos comproprietários do prédio para que fosse com urgência (imediato) trabalhos de modo a remover estas partes do prédio e assim mitigar o perigo para os utilizadores da via pública. Após 7 dias desse pedido e nada ter sido feito seja elaborada notificação nos moldes referidos no parágrafo acima e com base no disposto ao artº 89º e seguintes do regime do RJUE aprovado pelo D. Lei nº 555/99 de 16 de Dez com nova redação introduzida pelo D. Lei nº 136/2014 de 09/09.” -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**21. VISTORIA TÉCNICA AO PRÉDIO URBANO SITO NO LARGO DA PRAÇA, N.º 8 EM FARO DO ALENTEJO. VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E DE SALUBRIDADE AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 89.º E SEGUINTE DO RJUE. -----**



Foi presente à Câmara o auto de vistoria, em título, cujo teor se transcreve: -----

“Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e vinte e três, ao abrigo do art.º 89.º, 90.º e 91.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, regulado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, a comissão de vistoria composta por Luís Pestana, Helder Caseiro e André Linhas Roxas, funcionários da CMC, em deslocação ao local da vistoria, foi possível constatar o seguinte: -----

“Na sequência de reclamação da proprietária do prédio sito no Largo da Praça, 11 em Faro do Alentejo, e da observação no local, verificou-se que uma parte substancial da área posterior da cobertura do prédio com o n.º10 do Largo da Praça, havia colapsado para o interior do imóvel, sendo ainda visível a degradação generalizada da restante área do telhado; -----

Na área posterior em pior estado de conservação, e em razão do colapso da cobertura, é natural que se registre acumulação de água das chuvas, que tende a infiltrar-se nas paredes imediatamente confinantes; -----

Foi possível verificar no momento da vistoria, que também existia depósito de resíduos domésticos de diversa origem, no exterior da habitação, e uma ligação de esgotos improvisada, com drenagem directa para o Rossio público na área posterior da habitação. Essa ligação precária provocou acumulação de detritos e de mau odor resultante da drenagem dos esgotos do interior do prédio; -----

O imóvel com o n.º10 do Largo, e com o n.º8 da fachada posterior, deverá ser sujeito a obras de conservação e de reabilitação de modo a atenuar a sua degradação e mitigar os prejuízos para o prédio da reclamante. Tendo havido alguma dificuldade em identificar os titulares do prédio, foi possível através da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, encontrar um dos herdeiros, que é o Sr. Manuel Baltazar, residente na Rua José Relvas, 11 3.ºc, 2620-314 Odivelas e com o número de contacto telefónico 963065213. Do contacto que foi possível estabelecer via telefone, foi-nos transmitido pelo próprio que o imóvel se encontrava em fase de realização de habilitação de herdeiros, e respectiva divisão predial. Foi-nos ainda manifestada a disponibilidade, que será oportunamente repartida pelos titulares herdeiros, para proceder à reabilitação do imóvel e minimizar o estado de abandono em que se encontra. -----

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, em face do mau estado de conservação do imóvel, e para obviar consequências de maior expressão sugere-se uma intervenção imediata dos proprietários, num prazo não superior a 40 dias para a realização dos trabalhos que deverão incidir em primeira instância sobre a limpeza e transporte a vazadouro do lixo existente no exterior do imóvel, a consolidação das paredes/empenas e do remate do telhado em contacto com os prédios vizinhos, a execução de obras gerais de conservação do telhado e dos vãos exteriores, bem como da consolidação e reabilitação dos rebocos exteriores de todo o imóvel. Deverá ainda ser abolida a ligação precária dos esgotos observada e solicitada a conveniente ligação à rede pública de saneamento. Sem prejuízo de poder ser promovido projeto de reabilitação ou de uma intervenção mais vasta, haverá que assegurar nesta fase, após a limpeza dos escombros e do lixo depositado no exterior, a promoção de obras de reabilitação do imóvel, com especial incidência na cobertura, nas paredes laterais e nos vãos exteriores. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se os proprietários não iniciarem as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar os proprietários para, num prazo não superior a 40 dias, procederem em conformidade com o que é determinado na presente informação, sob pena de, se tal não se verificar, se ver forçada a recorrer à execução coerciva das obras nos termos da legislação em vigor. -----

## **22. JOSÉ MANUEL FERRO PINOTES. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES Nº 11/2022 LICENÇA DE OBRAS Nº 16/22. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2024, SO, da autoria do Fiscal Municipal especialista Luís Pestana, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência da conclusão da obra referida em assunto e do pedido para emissão da



Autorização de Utilização informo que após deslocação ao local constatei que a obra não está em condições de emissão de Autorização de Utilização, pelo que deve o requerente submeter projeto de alterações referente ao muro de vedação da propriedade representando os respetivos vãos de portões (quatro vãos), deve representar corretamente os vãos de janelas e portas tal como estão nos alçados, bem como a rampa de acesso ao piso 1 alçado Sul, no alçado poente deve a pérgula ser representada com a área e posicionamento tal como está edificado. Mais o requerimento supra identificado não foi acompanhado de telas finais pelo que não deveria ter sido aceite. -----  
A Câmara, por unanimidade, atendendo a que as alterações em obras reportadas estão sujeitas a aprovação, deliberou conceder ao titular do processo o prazo de 15 dias para apresentar o projeto com as referidas alterações. -----

**23. ANTÓNIO CARRACHA. OBRAS. PROCESSO N.º 36/2023. LEGALIZAÇÃO.** -----

Vem a requerente solicitar a legalização das obras de remodelação no prédio sito na Rua Longa, n.º 39, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos do art.º 102.º do RJUE, a legalização das obras de Remodelação. -----

**24. LOURENÇO JOSÉ DAMÁSIO. PEDIDO DE LICENCIAMENTO- LEGALIZAÇÃO DE MORADIA. RUA DA PARREIRA, 12 E 14 EM ALBERGARIA DOS FUSOS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2024, SU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo teor se transcreve: -----

“Vem o requerente na qualidade de titular do prédio submeter a apreciação, o projecto de legalização de construções levadas a cabo na moradia localizada na área consolidada de Albergaria dos Fusos, nos termos definidos em projecto;

É apresentado projecto com a actualização das áreas, contemplando as obras realizadas na parte posterior da habitação, voltada ao logradouro e de uma garagem contígua. Tendo sido edificada uma instalação sanitária e uma sala nessa área, bem como uma garagem com 47.60m2, pretende-se agora proceder à sua regularização urbanística;

Assim de acordo com o levantamento e os pressupostos do projecto de legalização, a habitação possui 161.90m<sup>2</sup> de área bruta de construção e de implantação, sendo a área ampliada (a legalizar) de 74.40m<sup>2</sup>, numa área total do prédio de 385.50m<sup>2</sup>;

O processo de legalização é regulado pelo artigo 102.º-A do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, pelo que à luz do preceituado pelos n.ºs 2 e 5 do mesmo artigo, e salvo melhor opinião, aceita-se o pedido de licenciamento nos termos definidos nas peças escritas e desenhadas. A legalização que visa ainda a obtenção de autorização de utilização para venda do imóvel, deverá ser oportunamente objecto de reabilitação geral pelos novos proprietários, nos termos que vierem a ser definidos em projecto posterior. -----

Salvo melhor opinião, pode o pedido de legalização obter deferimento e ser emitida a autorização de utilização. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar, nos termos do art.º 102.º do RJUE, a legalização das obras levadas a cabo na referida habitação. -----

**25. PROTAGUS, SA. PROCESSO N.º 10/2021. PEDIDO DE LICENCIAMENTO - CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA CÂNDIDO DOS REIS, N.º 16 CUBA. -----**

Vem a requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra de construção de uma moradia em zona urbana consolidada, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----A

Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

**26. JOSÉ ANTÓNIO MARQUES MOUCHINHO. PROCESSO N.º 26/2023. PEDIDO DE LICENCIAMENTO – ALTERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA DO CARMO, N.º 4 CUBA. -----**



Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra de alteração e beneficiação de moradia, na Rua do Carmo, n.º 4, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----A  
Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 2 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

**27. JACINTA CARLOTA GALINHA S. LEÃO. LOTEAMENTO URBANO COM 8 FOGOS. PROC.º 1/2022. PIGARÇA, UOP1, ARTIGO 55, SECÇÃO K, CUBA.**

1. Vem a requerente submeter a aprovação o PIP para uma operação de loteamento urbano em UOP1- espaços residenciais, com 8 fogos, no prédio acima identificado;
2. De acordo com o projecto apresentado, para efeitos do disposto nos artigos 14.º e 21.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro verifica-se conformidade com o preceituado pelo Plano de Urbanização de Cuba (PUC), uma vez que a operação se localiza em UOP1, em área de urbanização programada, para usos habitacionais. Em termos de edificabilidade, esta área é regulada ainda pelo disposto nos artigos 52.º, 53.º, 60.º e 60.º do regulamento do PUC;
3. A operação de loteamento é constituída por 8 lotes destinados a 8 fogos unifamiliares, sendo a área de intervenção de 5238.00m<sup>2</sup>, com uma área de lotes de 3025.90m<sup>2</sup> e uma área máxima de construção de 2365.28m<sup>2</sup> (dentro do limite máximo do Índice de construção de 0,6 estabelecido para a UOP1 no artigo 61.º do regulamento do PUC). A área proposta a integrar o domínio público municipal é de 2106.19m<sup>2</sup>, sendo constituída por arruamentos, passeios, estacionamento e espaços verdes de utilização colectiva;

De acordo com o exposto, salvo melhor opinião, poderá o pedido de Informação Prévia merecer aprovação, para efeitos do disposto no artigo 16.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro.

Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, informa-se que o teor da aprovação do PIP é vinculativo para efeitos de posterior pedido de licenciamento ou comunicação prévia, desde que submetido no prazo de um ano, a contar da data da notificação camarária.

Em fase subsequente deverá a requerente submeter a licenciamento os projectos das obras de urbanização com as especialidades necessárias e legalmente exigíveis, ser prestada a respectiva caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização e liquidadas as respectivas taxas da operação de loteamento. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o presente pedido de informação prévia.

-----

**28. LUIS FILIPE SOUDO ROSADO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO URBANO N.º 2/2010. COURELAS DA IGREJA, EM CUBA. -----**

Vem o requerente na qualidade de proprietário do lote n.º 4, submeter pedido de alteração do Alvará de Loteamento n.º 2/2010, nos seguintes termos: -----

A alteração agora preconizada, respeita ao lote n.º 4, que havia resultado na unificação dos lotes n.ºs 3 e 4, objecto de aditamento ao alvará original; -----

Em termos gerais, não há a registar alterações nas áreas de implantação inicialmente previstas, registando-se apenas alteração nos polígonos de implantação dos anexos. Com efeito, no anexo lateral direito (4B) que possuía inicialmente uma área máxima de implantação de 64.10m<sup>2</sup>, é proposta uma redução de 30.90m<sup>2</sup> a acrescentar ao anexo 4ª, o que resulta numa reconfiguração poligonal deste, conforme as peças desenhadas apresentadas. -----

Enquadrando a situação em preço, no disposto no artigo 27.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, importa informar que o mesmo dispõe no n.º 3, o seguinte requisito: -----

*...a alteração da licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita dos titulares da maioria dos lotes constantes do alvará... facto que foi acautelado no primeiro aditamento ao alvará, a quando da junção dos lotes 3 e 4; --*  
*Dispondo ainda os n.ºs 4, 5 e 7, que é dispensada a consulta às entidades exteriores ao município desde que o pedido de alteração se conforme com os pressupostos de facto e de direito dos pareceres ou aprovações que hajam sido emitidos no procedimento.*  
*Dando a alteração lugar ao aditamento ao alvará que, no caso de operação de loteamento, deve ser comunicado oficiosamente à conservatória do registo predial.*

Assim, e tendo em conta o atrás referido, para efeitos de posterior aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2010, deverá ser apresentada pronúncia da não oposição da maioria dos proprietários dos lotes constantes da operação, conforme preceituado pelo n.º 3 do artigo 27.º do RJUE, sob pena de ser rejeição do pedido. -----  
A Câmara, por unanimidade, cumpridos que estão todos os requisitos, deliberou, nos termos no art.º 27.º do RJUE, aprovar a alteração ao alvará de Loteamento n.º 2/2010.-  
-----

**29. DAMIÃO DOS REIS RAMOS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APANHADA DE PINHAS.**



Foi presente à Câmara a Informação n.º 15/2024, SA, da autoria do Coordenador Técnico, Jose Roque, cujo teor se transcreve: -----

Solicita o Sr. Damião dos Reis Ramos autorização para apanha de pinhas no prédio rústico denominado Rocio, art.º 221, secção E, em Cuba. -----

Enquadramento da pretensão: -----

O regime jurídico da colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie *Pinus pinea* L. (pinheiro -manso) em território continental encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio. -----

De harmonia com o n.º 1 do art.º 4.º do citado diploma, a colheita de pinhas não é permitida entre 1 de abril e 1 de dezembro. -----

Por seu turno, o n.º 1 do art.º 5.º estabelece que *“a colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie Pinus pinea L. (pinheiro -manso) estão sujeitos a comunicação prévia obrigatória ao ICNF, I. P.”*, que é efetuada através do Sistema de Informação da Pinha (SIP), disponibilizado através do sítio de internet do ICNF ou do Balcão Único Eletrónico do portal do cidadão mas estão dispensados desta comunicação tais atividades quando não excedam o limite de até 10Kg e se destinem a autoconsumo (*vide* n.º 2 desse artigo). -----

É o procedimento a que está sujeita a apanha de pinha, cujo incumprimento está sujeito a procedimento contraordenacional, nos termos exarados nos artigos 12.º a 16.º do citado diploma legal. -----

Por outro lado, tratando-se de pinhas provenientes de pinheiros mansos de propriedade do Município de Cuba, caberá à Câmara Municipal, no uso das competências plasmadas nas alíneas g) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (*“Compete à Câmara Municipal (...) adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG” e “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*), deliberar sobre o destino a dar às pinhas e sobre a forma de como tal se processará. -----

Nesta conformidade, deve V.ª Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com

as alterações que lhe foram introduzidas, remeter o presente pedido para deliberação por parte do órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, à semelhança de decisão idêntica no ano transato deliberou deferir o pedido de requerente. -----

**30. PEDIDO PAGAMENTO PRESTAÇÕES DA RENDA E ÁGUA – LARA FITAS ZORRO. BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 18/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim cujo teor se transcreve: -----

*“Solicita a Sra. Lara Fitas Zorro, o pagamento em prestações da renda do Bar do Jardim dos Combatentes, que tem em dívida em prestações mensais bem como as faturas de água do mesmo local, uma vez que, de momento não tem condições económicas para proceder ao pagamento da quantia na totalidade.” -----*

Face ao exposto, e de acordo com os termos do Artigo 781.º do Código Civil - (Dívida liquidável em prestações), pode a Câmara aprovar a pretensão da requerente, autorizando o pagamento faseado, alertando, no entanto, para o facto de que a falta de realização de uma delas importa o vencimento de todas as outras. -----

A verificação do cumprimento integral do plano prestacional, a ser aprovado, deverá ser condição para que a Câmara possa considerar o perdão do agravamento das mensalidades. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente alertando para o facto de que a falta de pagamento de uma delas determina o vencimento de todas as outras. -----

**31. HERDADE DO GIZO – ALDEAMENTO TURÍSTICO DE 4 ESTRELAS. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DA EXISTÊNCIA DE ALOJAMENTOS LOCAIS INSERTOS EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS. INTENÇÃO DO CANCELAMENTO DO REGISTO ÀS DOZE FRAÇÕES QUE SE ENCONTRAM NESSA SITUAÇÃO. EXERCÍCIO DO DIREITO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS POR PARTE DOS VISADOS ANTES DA FORMALIZAÇÃO DO CANCELAMENTO E CONSEQUENTE COMUNICAÇÃO AO TURISMO DE PORTUGAL. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 4/2024, DAODS da autoria do Chefe de Divisão



Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“Como é de conhecimento mútuo, para si que foi designado como o eleito local responsável pelo acompanhamento das incidências ocorridas no empreendimento turístico Herdade do Gizo, não são novidade as diligências e informações prestadas aos titulares de frações naquele aldeamento turístico para que tomassem consciência plena dos seus direitos, bem como dos seus deveres. -----

Já no decurso do atual mandato autárquico foi presente à Câmara a Informação n.º 54/2021, datada de 19 de novembro, mais em concreto na reunião ordinária do órgão executivo colegial que teve lugar a 24 de novembro de 2021, onde se relembrou ao detalhe todos os mecanismos jurídicos do processo sub judice e os factos em que os mesmos se enquadravam. Remete-se para tal documentação, sem necessidade de muitos mais esclarecimentos exaustivos por ora, sobre a figura jurídica na qual está substanciado o Aldeamento Turístico – Herdade do Gizo. -----

Regista-se que essa informação chegou a todos os titulares de frações de que dispúnhamos contatos, tendo a autarquia incumbido, com a sua anuência, a Dr.ª Silvia Borges, de fazer chegar o mesmo aos demais titulares que por nós não eram conhecidos. -----

Depois disso tiveram lugar algumas reuniões presenciais visando ajudar a compreender a figura do empreendimento turístico para alguns que, quiçá incautamente, adquiriram ali imóveis desconhecendo o real objeto da compra. Regista-se que desde 2006, ano de abertura do espaço, até hoje fevereiro de 2024, em momento algum deu entrada na autarquia qualquer pedido de informações no âmbito do direito à informação consignado no art.º 110.º do RJUE. -----

Sobre este empreendimento fica o registo de reuniões presenciais com moradores quer no passado dia 08 de novembro de 2022, quer no passado dia 16 de janeiro de 2024, onde sempre exortamos à real compreensão do mecanismo turístico em causa e da urgência em proceder à reconversão a que a unidade hoteleira está vinculada. -----

Ocorre que à revelia das informações prestada pela autarquia, um conjunto de titulares de frações entenderam, erradamente, colocarem-nas no mercado de Alojamento Local. São doze essas situações, e constam do quadro anexo. Vide doc. n.º 1. -----

Para despoletar a criação dessa figura declararam os mesmos sobre compromisso de honra, mediante termo de responsabilidade outorgado pelos próprios onde assumiram:

1.º - Declaro a idoneidade do edifício ou fração autónoma para a prestação de serviços de alojamento e que o mesmo respeita as legais e regulamentares aplicáveis;

2.º - Declaro que as informações prestadas neste formulário correspondem à verdade;

Há muito que informamos da inconsistência de tal posição, apenas nesta fase nos limitando a constatar o seguinte:

Os alojamentos locais estão regulados pelo Dec. Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, onde no art.º 2.º n.º 2 o legislador determinou:

#### *Artigo 2.º*

##### *Noção de estabelecimento de alojamento local*

1 - Consideram-se «estabelecimentos de alojamento local» aqueles que prestam serviços de alojamento temporário, nomeadamente a turistas, mediante remuneração, e que reúnam os requisitos previstos no presente decreto-lei.

2 - É proibida a exploração como estabelecimentos de alojamento local de estabelecimentos que reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos, nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na sua redação atual.

Como já havíamos dito, a Herdade do Gizo é um empreendimento Turístico, classificado como tal pelo art.º 1.º do Dec. Lei n.º 167/97, de 04 de julho, onde no art.º 1.º o legislador determinou:

#### *Artigo 1.º*

##### *Empreendimentos turísticos*

1 - Empreendimentos turísticos são os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento temporário, restauração ou animação de turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

2 — Os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos:

a) Estabelecimentos hoteleiros;

b) Meios complementares de alojamento turístico;

c) Parques de campismo públicos;

d) Conjuntos turísticos.

Em conexão com este artigo, vide o Doc. n.º 2 e o art.º 24.º do mesmo diploma que determina:

#### *Artigo 24.º*

##### *Licença de utilização turística*



*1 - O funcionamento dos empreendimentos turísticos depende apenas de licença de utilização turística,*

*a emitir nos termos do disposto nos artigos seguintes, a qual constitui, relativamente a estes empreendimentos, a licença prevista no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de novembro.*

*2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4, a licença de utilização turística de um empreendimento turístico pressupõe a permissão de funcionamento de todas as suas partes integrantes, incluindo os estabelecimentos de restauração e de bebidas.*

*3 - A licença de utilização turística destina-se a comprovar, para além da conformidade da obra concluída como projeto aprovado, a observância das normas relativas às condições sanitárias e à segurança contra riscos de incêndio.*

*4 - O funcionamento do empreendimento pode ser autorizado por fases, aplicando-se a cada uma delas o disposto na presente secção.*

Aquando da vigência do Dec. Lei n.º 167/97, de 04 de junho, esta matéria era regulada pelo Decreto-Regulamentar n.º 34/97, de 17 de setembro, sendo que no art.º 2.º e no art.º 27.º n.ºs 1 e 2, estipulou-se que:

#### *Artigo 2.º*

##### *Aldeamentos turísticos*

*São aldeamentos turísticos os estabelecimentos de alojamento turístico constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica homogénea, situadas num espaço delimitado e sem soluções de continuidade, que se destinem a proporcionar, mediante remuneração, alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.*

#### *Artigo 27.º*

##### *Afetação à exploração turística*

*1 - Nos aldeamentos turísticos, pelo menos 50% das unidades de alojamento devem ser afetas à exploração turística do empreendimento.*

*2 - A venda, o arrendamento, o direito de uso e habitação ou qualquer outra forma de transmissão da propriedade de uma fração autónoma afeta à exploração turística estão sujeitos a autorização da Direção-Geral do Turismo, sob pena de nulidade do respetivo negócio jurídico.*

Importa perceber que com a entrada em vigor do atual Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Dec. Lei

n.º 39/2008, de 07 de março, na sua redação atual, foram revogados quer o Dec. Lei n.º 167/97, de 04 de julho, quer o Decreto-Regulamentar n.º 34/97, de 17 de setembro.

*Artigo 77.º*

*Norma revogatória*

1 - É revogado o Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 217/2006, de 31 de outubro, bem como o Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março.

2 - Com a entrada em vigor das portarias previstas no presente decreto-lei são revogados:

...

d) O Decreto Regulamentar n.º 34/97, de 25 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 14/99, de 14 de agosto, e pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2000, de 27 de Abril;

...

O diploma em cima enunciado congrega a seguinte determinação no art.º 75.º n.º 2:

*Artigo 75.º*

Empreendimentos turísticos, empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e estabelecimentos de hospedagem existentes

1 - O presente decreto-lei aplica-se aos empreendimentos turísticos existentes à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Os empreendimentos turísticos, os empreendimentos de turismo no espaço rural e as casas de natureza existentes devem reconverter-se nas tipologias e categorias estabelecidas no presente decreto-lei, e nos diplomas complementares emitidos ao abrigo do mesmo, até 31 de dezembro de 2010. -----

Logo, desde dezembro de 2010, que o empreendimento em causa deveria ter sido reconvertido junto do Turismo de Portugal, o que até à data ainda não ocorreu. Oportunamente, alertámos os titulares, sendo que a resolução dessa questão não se nos afigura de fácil execução, porquanto a entidade exploradora formal, a empresa Flag World,



aparentemente já não faz parte do projeto e ao longo dos anos foram vários os proprietários do empreendimento. -----

Será também oportuno não descuidar o art.º 44.º n.º 1 do Dec. Lei n.º 39/2008, de 07 de março, onde está regulado que: -----

#### *Artigo 44.º*

##### *Exploração dos empreendimentos turísticos*

*1 - Cada empreendimento turístico deve ser explorado por uma única entidade, responsável pelo seu integral funcionamento e nível de serviço e pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.*

...

Aqui chegados, somos a informar que no passado dia 12 de dezembro de 2023, recebemos da parte do Turismo de Portugal a missiva que consta do doc. anexo. Vide doc. 3

Sobre a figura do Alojamento Local, entretanto criada nalgumas freguesias ao abrigo do Dec. Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, importa que se relembre o teor dos artigos 5.º 6.º e 7.º, a saber:

#### *Artigo 5.º*

##### *Registo*

*1 - O registo de estabelecimentos de alojamento local é efetuado mediante comunicação prévia com prazo dirigida ao Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente, nos termos do artigo seguinte.*

*2 - A comunicação prévia com prazo é realizada exclusivamente através do Balcão Único Eletrónico previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que confere a cada pedido um número decorrido o prazo previsto no n.º 9 do artigo 6.º, o qual constitui, para efeitos do presente decreto-lei, e em caso de não oposição, o número de registo do estabelecimento de alojamento local, e que remete automaticamente ao Turismo de Portugal, I. P., para os efeitos previstos no artigo 10.º*

*3 - A comunicação prévia com prazo é obrigatória e condição necessária para a exploração de estabelecimentos de alojamento local.*

## Artigo 6.º

### Comunicação prévia com prazo

1 - Da comunicação prévia com prazo dirigida ao Presidente da Câmara Municipal devem obrigatoriamente constar as seguintes informações:

...

2 - A comunicação prévia com prazo deve obrigatoriamente ser instruída com os seguintes documentos:

b) Termo de responsabilidade, subscrito pelo titular da exploração do estabelecimento, assegurando a idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para a prestação de serviços de alojamento e que o mesmo respeita as normas legais e regulamentares aplicáveis;

...

9 - Pode haver oposição à comunicação prévia com prazo se, num prazo de 10 dias contados a partir da sua apresentação ou num prazo de 20 dias no caso dos hostels, o Presidente da Câmara Municipal territorialmente competente, com faculdade de delegação nos vereadores ou dirigentes, se oponha ao registo, com os fundamentos identificados de seguida:

a) Incorreta instrução da comunicação prévia com prazo;

b) Vigência do prazo resultante de cancelamento de registo, nos termos do artigo 9.º;

c) Violação das restrições à instalação decididas pelo município, nos termos do artigo 15.º-A, ou falta de autorização de utilização adequada do edifício.

...

## Artigo 7.º

### Título de abertura ao público

1 - O documento emitido pelo Balcão Único Eletrónico dos serviços contendo o número de registo do estabelecimento de alojamento local constitui o único título válido de abertura ao público e publicitação do estabelecimento.



...

Contextualizando a questão importa aferir o que diz o supracitado art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, na sua redação atual:

#### *Artigo 6.º*

##### *Balcão único e desmaterialização de procedimentos*

*1 - É criado um balcão único eletrónico que permite a qualquer prestador ou destinatário de serviços, de todos os Estados, o acesso por via eletrónica às autoridades administrativas competentes.*

*2 - O balcão único eletrónico é disponibilizado em sítio na Internet através do Portal da Empresa. 3 - O balcão único eletrónico disponibiliza aos prestadores e aos destinatários de serviços de todos os Estados informação, pelo menos em português, inglês e castelhano, clara, inequívoca e atualizada sobre:*

- a) Os requisitos aplicáveis à prestação de serviços, nomeadamente os respeitantes aos procedimentos e formalidades de condições de acesso à atividade e respetivo exercício;*
- b) Os endereços e os contactos das autoridades administrativas competentes;*
- c) Os meios e as condições de acesso às bases de dados públicas, designadamente de registos e notariado;*
- d) Os meios de reação judiciais ou extrajudiciais de resolução de litígios entre prestadores de serviços, entre as autoridades administrativas competentes e os prestadores de serviços ou entre um prestador e o destinatário do serviço;*
- e) Os endereços e os contactos de quaisquer entidades que prestem assistência a prestadores ou a destinatários;*
- f) Lista exemplificativa dos documentos que as autoridades administrativas competentes aceitam em substituição dos documentos legalmente exigidos, para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo seguinte;*

g) *Lista dos documentos que devem ser apresentados sob a forma original, autêntica, autenticada, cópia ou tradução certificadas ou com reconhecimento de letra e assinatura, ou só de assinatura, fundamentada em imperiosa razão de interesse público, para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo seguinte.*

4 - *O balcão único eletrónico disponibiliza ainda aos prestadores e destinatários de serviços de todos os Estados a possibilidade de cumprimento direto e imediato de todos os atos e formalidades necessários para aceder e exercer uma atividade de serviços, incluindo meios de pagamento eletrónico, bem como o acompanhamento e consulta dos respetivos procedimentos.*

5 - *Todos os pedidos, comunicações e notificações entre os prestadores de serviços e outros intervenientes nos procedimentos, incluindo as autoridades administrativas competentes, devem poder ser efetuados por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico.*

Compulsados os processos *sub judice*, constatamos que os promotores assumiram termo de responsabilidade que os espaços cumpriam todas as normas legais e regulamentares para funcionar como alojamento local, pelo que efetuado o pedido no Balcão Eletrónico, sem demais formalismos decorridos os prazos em cima enunciados e pagas as taxas respetivas, o Turismo de Portugal, I.P. atribui aos espaços os n.ºs de registo mencionados no doc. n.º 4. -----

O Dr. Vitor Fialho deu conhecimento de um ofício do Turismo de Portugal no qual propõe o cancelamento dos registos dos alojamentos locais na Herdade face à classificação atribuída por este organismo.

É entendimento dos proprietários que o local deve ser entendido como um condomínio e não como um empreendimento turístico porque dificilmente o Turismo de Portugal assim o classificará porque não existe uma entidade exploradora.

Esperam que se encontre uma solução que seja legal para a resolução do assunto assim como aguardam que a Câmara tenha sensibilidade para entender a importância dos alojamentos na economia local atendendo a que representam praticamente 40% dos alojamentos existentes no concelho.



A Câmara, por maioria, atendendo ao pedido de escusa por parte do Sr. Presidente da Câmara por ser parte interessada no assunto, deliberou: -----

1.º - Registar que a Herdade do Gizo é um empreendimento turístico, inicialmente regulado pelo Dec. Lei n.º 167/97, de 04 de julho, que com a sua revogação encontra-se agora sob a alçada do Dec. Lei n.º 39/2008, de 07 de março; -----

2.º - Registar que em conformidade com o art.º 2.º n.º 2 do Dec. Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, não é admissível existirem alojamentos locais em empreendimentos turísticos; -----

3.º - Exortar os titulares dos direitos de propriedade das diversas frações da Herdade do Gizo a articularem com a entidade exploradora Flag World, uma metodologia concertada no sentido de procederem à reconversão do empreendimento turístico para a figura jurídica que melhor lhes aprouver, desde que exequível no que concerne à matéria de facto e de direito; -----

4.º - No âmbito das competências consignadas à Câmara Municipal pelo Dec. Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, e no que concerne ao funcionamento de doze alojamentos locais na Herdade do Gizo, manifestar a intenção de proceder ao cancelamento de todos eles, melhor identificados no documento anexo, ao abrigo do art.º 9.º n.º 1 al. a) por violação expressa do art.º 2.º n.º 2 do mesmo normativo legal;

5.º - Determinar que a intenção manifestada em 4.º deve ser precedida de audiência prévia dos interessados, podendo os visados apresentar por escrito, e durante o prazo de 10 dias úteis, as alegações que julgarem oportunas, em conformidade com o art.º 121.º do CPA, aprovado pelo Dec. Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual;

6.º - A audiência dos interessados será efetuada via correio eletrónico, nos termos consignados no art.º 112.º n.º 1 al. c) e n.º 2 al.b), ambos do CPA para os endereços eletrónicos que os requerentes utilizaram para submissão dos pedidos no Balcão dos Serviços Públicos – E-Portugal.gov.pt -----

## **32. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE FARO DO ALENTEJO PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----**

Solicita a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo em nome da Comissão de Festas em Honra de Faro do Alentejo, a emissão de uma Licença Especial de Ruído para o Baile de

Carnaval a realizar no próximo dia 10 de Fevereiro, até às 4h da manhã do dia seguinte.  
O mesmo irá decorrer no Pavilhão Multiusos de Faro do Alentejo.

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a licença especial de ruído isentando do pagamento das taxas respetivas de acordo com a deliberação tomada na anterior reunião. -----

### **33. CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DOS LUGARES DESTINADOS A VENDA AMBULANTE POR OCASIÃO DO CORSO DE CARNAVAL 2024. -----**

Foi presente à Câmara o ato público do procedimento em título.

#### ATO PÚBLICO

Pelas dez horas e trinta minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniram os membros da Comissão de Acompanhamento designada para o presente ato público, presidida por Filipe Domingos Candeias Chora, Vice-Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Chefe de Divisão Dr. Vitor Manuel Parreira Fialho e pelo Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque.

Acompanhou os trabalhos o Fiscal Municipal Luís Pestana.

A este ato público estiveram presentes praticamente todos os concorrentes e ou seus representantes.

O Presidente deu por aberta a sessão do ato público do concurso.

De seguida, verificou-se terem sido apresentadas vinte e quatro propostas, numeradas de 1 a 24, atendendo à ordem de entrada nos serviços da Câmara Municipal e, foi por essa ordem que as mesmas foram abertas.

Registaram-se as seguintes ofertas:



<b>CACHORROS</b>	
Edgar José Adriano Jacinto	200,00
Paulo Paixão	150,00
Tiago Araújo Tinoco (1)	Desistiu
Rute Bento	150,00
Valter José Dias Martins	250,00

<b>FARTURAS</b>	
Diogo Lopes de santos	437,00
Miguel Angola Domingos de Santos	235,00
Fernando Dias Fidalgo	440,80
Marina Isabel Ricardo Tavares	277,00
Amilcar dos Prazeres Bento Martins	365,00
Fernando Augusto Fidalgo	265,00
Lénia Dias Fidalgo <u>Desistiu (2)</u>	426,00
Lúcia M. Delgado D Fidalgo <u>Desistiu (2)</u>	351,00

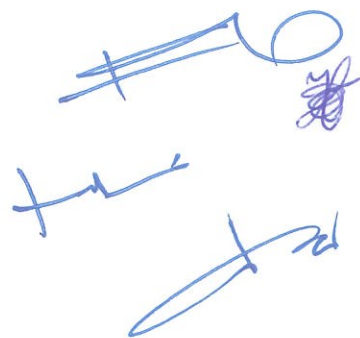
<b>PIPOCAS / ALGODÃO DOCE</b>	
Maria da Graça Bicho	80,50
Júlia Augusta Rosa Potra	81,00
Anabela Rocha Bicho Alves	51,00
Noémia Maldonado	89,90
Rafael Maldonado	150,00

<b>DIVERSÕES</b>	
Flávio Bicho	103,0
Carlos Alberto augusto Bicho	150,5
Carlos Alberto augusto Bicho	150,0

<b>ASSOCIAÇÃO LOCAL</b>	
-------------------------	--

Sporting Clube de Cuba	150,0
Ceifeiros de Cuba	80,0

<b>BALÕES / BRINQUEDOS</b>	
Francisco dos Anjos Valente	91,0



De acordo com os valores licitados ficaram assim atribuídos os vários espaços:

Fernando Augusto Fidalgo 1

Fernando Dias Fidalgo 2

Amílcar dos Prazeres Bento Martins 3

Edgar José Adriano Jacinto 4

Diogo Lopes de santos - 5

Rafael Maldonado 6

Valter José Dias Martins 7

Noémia Maldonado 8

Sporting Clube de Cuba 9

Ceifeiros de Cuba 10

Maria da Graça Bicho 11

Júlia Augusta Rosa Potra -12

Francisco dos Anjos Valente 13

Carlos Alberto augusto Bicho 14

Carlos Alberto augusto Bicho 15

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1. Aprovar a distribuição dos espaços conforme mapa apresentado;
2. Não penalizar o concorrente Tiago Araújo Tinoco por ter desistido antes da abertura das propostas
3. A penalização nos termos da alínea g) dos concorrentes Lénia Dias Fidalgo e Lúcia Maria Delgado Fidalgo por desistência após a abertura das propostas

#### **34. PROTOCOLO DE PARCERIA EVENTO "VINHO NA VILA" EM VILA ALVA, 2ª EDIÇÃO**

Foi presente à Câmara a Informação da Técnica Superior Dr.ª Dulce Lopes, cujo teor se transcreve: -----



“Sendo que em Vila Alva, há uma grande cultura e tradição de fabrico de vinho através deste método artesanal, introduzido pelos romanos há mais de dois mil anos e, o “saber fazer”, permitiu que esta técnica de produção que tem passado de geração em geração, seja uma realidade nesta vila até aos dias de hoje. -----

A empresa Aconchego da Aldeia, Lda. é pertença de um grupo de amigos, naturais de Vila Alva, que se juntou para criar o projeto XXVI Talhas, que presta homenagem à tradição milenar da produção de vinho de talha através da reativação da antiga Adega do Mestre Daniel, localizada naquela vila, através da qual procuram preservar, estimular e promover este método de vinificação que, por vários motivos, tem vindo a diminuir nos últimos anos, e que este ano se realiza a 11 de maio de 2024 para uma segunda edição.

A empresa ivinum, unipessoal Lda, através da sua marca comercial Enóphilo, organiza ações de vinho, em particular formação e eventos, sendo responsável por diversos eventos víquicos nacionais, será parceira do projeto XXVI Talhas na organização do evento *VINHO NA VILA*, a decorrer em Vila Alva, no qual os visitantes terão a oportunidade de provar os vinhos no ambiente típico das adegas tradicionais de Vila Alva, algumas delas abertas ao público apenas neste dia. -----

O projeto XXVI Talhas pretende dar a conhecer o concelho de Cuba, em particular, Vila Alva, e a sua tradição milenar, propondo uma experiência imersiva na cultura de uma comunidade do interior do Alentejo, onde o visitante sinta o seu bem-receber e compreenda a escala e genuinidade desta tradição local, com foco na promoção de um turismo sustentável, e que funcione simultaneamente como convite ao regresso no período de consumo de vinho de talha diretamente das talhas. -----

Pretende-se a presença de uma seleção de produtores de vinho de pequena dimensão, mas de grande qualidade, que ficarão espalhados pela vila nos espaços onde funcionam pequenas adegas privadas de vilalvenses, permitindo a criação de uma *ponte* entre o produto e a atividade destes e o típico vinho de alta qualidade produzido pelos pequenos produtores locais, bem como oficinas de demonstração de pezgamento de talhas e um espaço de oficina culinária representativa da gastronomia da região. -----

Considerando que objetivo do presente Protocolo é preservar a arte e as tradições seculares no âmbito do vinho de talha em Vila Alva e permitir a promoção e divulgação turística e cultural deste produto, bem como de outras atividades sociais e culturais associadas à temática vitivinícola da freguesia e do concelho, propõe-se que o município integre o mesmo. -----

Para os fins a que a parceria se propõe, a Câmara Municipal de Cuba, atribuirá um apoio financeiro no valor de 3 000, 00 € (três mil euros) ao evento *Vinho na Vila*, pelos apoios técnicos descritos no presente protocolo em anexo. -----

Enquadramento Legal: -----

No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual em articulação com as competências que lhe são atribuídas ao mesmo órgão pelo art.º 8 do Regulamento Municipal dos Apoios Financeiros e Não Financeiros, publicado no D.R., 2ª série, n.º 87, de 5 de maio de 2010, deliberar em matéria de apoios e de atividades de interesse municipal. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o presente protocolo de parceria. -----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: “Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,30 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,